

## 5. EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO DE BASE E DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Fala-se às vezes da evolução dos conceitos de educação de base e de desenvolvimento comunitário. Na realidade, trata-se, antes, de explicar ou de acentuar um ou outro aspecto destes conceitos.

Desde o início, a UNESCO compreendeu a educação de base como o desenvolvimento coletivo de uma comunidade rural ou urbana de nível inferior, fôsse essa inferioridade cultural, social ou, sobretudo, econômica. Tratava-se sempre de uma promoção comunitária através de métodos ativos, com o emprêgo de auxiliares audio-visuais. Quer êste empreendimento fôsse realizado em plano nacional, quer municipal, a finalidade era ajudar as unidades territoriais de base a auxiliarem-se a si mesmas.

Em consequência de sua própria natureza, a UNESCO, naturalmente, acen- tuava mais o aspecto pedagógico do empreendimento. Ainda que a escolariza- ção não tivesse sido nunca sua preocupação exclusiva ou mesmo predominante, dava uma grande importância à alfabetização e ao ensino teórico e prático- dos rudimentos de certas disciplinas tais como a agricultura, a higiene, o artesanato, etc.

Naqueles meios em que as facilidades de educação em seus diversos se- tores não existiam, nem mesmo em estado embrionário, a UNESCO assumia ou fazia assumir tôdas as tarefas que correspondiam a êstes setores. De fato, realizava um "desenvolvimento comunitário" nos diversos meios.

Entretanto, a exigência cada vez mais generalizada de centros, ainda que rudimentares, de ação sanitária, agrícola, artesanal ou mesmo cultu- ral, orientava o trabalho da educação de base não mais para uma criação, mas para uma coordenação e um desenvolvimento dos serviços locais. A par- tir daí, e praticamente em todo lugar, não se fala mais de educação de ba- se, mas de desenvolvimento comunitário. O termo "Educação de Base" é des- de então limitado à alfabetização e ao ensinamento pedagógico dos conheci- mentos elementares a um determinado meio (sejam quais forem as modalida- des).

A Educação de Base no início chegava de fato a um impasse, em conse- quência da falta de integração e de generalização das experiências. Por e- xemplo, de que serviria conseguir aumentar a produção agrícola ou artesa- nal de um lugar, se não existir mercado para esta produção, ou se não se puder satisfazê-lo pela deficiência dos meios de transporte (estradas, veí

cuíós etc.) e se a elevação do custo de produção não permitir a venda dos produtos manufaturados ou industrializados ? etc. ...

Em consequência, nos países econômicamente subdesenvolvidos, e nestes mais que nos outros, fêz-se sentir a necessidade de planos de conjunto que movimentassem, além de grandes capitais nacionais ou estrangeiros, a administração nacional e a assistência internacional, a partir de então cada vez mais coordenadas e integradas. Estes planos, por outro lado, se inseriam em um contexto político e ideológico internacional e nas correntes de uma política mundial do comércio, da indústria, e mesmo da estratégia. É impossível aqui entrar em detalhes.

Notemos, entretanto, que o "desenvolvimento comunitário" tornou-se o centro do esforço de promoção nacional dos países em questão. Este movimento se reveste, em cada lugar, de características particulares, quer se trate de desenvolvimento urbano, quer de desenvolvimento rural.

No primeiro caso, êle é orientado pela necessidade de responder às exigências criadas ou reveladas pela urbanização e a industrialização, (problemas de migração urbana, de alojamento, de emprêgo, de divertimento, de cultura, de saída de quadros culturais tradicionais e a consequente aculturação, etc.).

No segundo caso, pelos imperativos da adaptação às necessidades imediatas das populações rurais e urbanas, e igualmente às necessidades dos governos, dentro da perspectiva de seus objetivos internacionais (culturas alimentares e industriais, necessidade de sobreviver, necessidade de exportar para obter divisas em vista da industrialização, etc.), sem falar da promoção humana dos "grupos", do mesmo modo que nas cidades.

É difícil fazer um levantamento do movimento de "desenvolvimento comunitário" nos países econômicamente subdesenvolvidos. Como aspecto positivo, pode-se constatar um aumento inegável da produção, do consumo, do nível de vida propriamente econômico.

Este melhoramento, entretanto, é impedido, ou pelo menos retardado, pelo crescimento demográfico. Além disso, a tendência, em geral, é dar a primazia, quando não a exclusividade, ao fator econômico, acentuar a intervenção do Estado sobre toda a vida das pessoas e dos grupos; ignorar ou subestimar a família e algumas organizações privadas existentes. Por outro lado, o pequeno centro urbano ou o bairro, os sindicatos e as cooperativas ganham importância e se tornam potências. Mas ainda aqui deve-se constatar que o Estado não somente não estimula, como muitas vezes procura abafar ou anexar a si os corpos e estruturas intermediários. Marcha-se para uma socialização universal.

Conseqüentemente, a liberação do homem, que o desenvolvimento comunitário deveria ter em vista, se situa em nível muito baixo. Salvo exceção, não se nota neste empreendimento nenhuma inspiração espiritual.

Finalmente, é necessário assinalar que, fora do caso muito especial da China, só se pode falar seriamente de "desenvolvimento comunitário" entre os países ditos subdesenvolvidos: na Índia, em Ghana, em Pôrto Rico e um pouco na Jamaica, no Egito, no Ceilão, no Pasquitão e na Birmânia.

Nos outros lugares, parece que tudo se encontra ainda em projeto ou  
em plano de propaganda.

. . . . .

MAURICE QUEGUINER,

Traduzido de "Le mois à l' UNESCO"  
nº 24, janeiro/fevereiro 1961

### 3. EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO DE BASE E DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Fala-se às vezes da evolução dos conceitos de educação de base e de desenvolvimento comunitário. Na realidade, trata-se, antes, de explicar ou de acentuar um ou outro aspecto destes conceitos.

Desde o início, a UNESCO compreendeu a educação de base como o desenvolvimento coletivo de uma comunidade rural ou urbana de nível inferior, fôsse essa inferioridade cultural, social ou, sobretudo, econômica. Tratava-se sempre de uma promoção comunitária através de métodos ativos, com o emprêgo de auxiliares audio visuais. Quer êste empreendimento fôsse realizado em plano nacional, quer municipal, a finalidade era ajudar as unidades territoriais de base a auxiliarem-se a si mesmas.

Em consequência de sua própria natureza, a UNESCO, naturalmente, acen- tuava mais o aspecto pedagógico do empreendimento. Ainda que a escolariza- ção não tivesse sido nunca sua preocupação exclusiva ou mesmo predominante, dava uma grande importância à alfabetização e ao ensino teórico e prático- dos rudimentos de certas disciplinas tais como a agricultura, a higiene, o artesanato, etc.

Naqueles meios em que as facilidades de educação em seus diversos se- tores não existiam, nem mesmo em estado embrionário, a UNESCO assumia ou fazia assumir tôdas as tarefas que correspondiam a estes setores. De fato, realizava um "desenvolvimento comunitário" nos diversos meios.

Entretanto, a exigência cada vez mais generalizada de centros, ainda que rudimentares, de ação sanitária, agrícola, artesanal ou mesmo cultu- ral, orientava o trabalho da educação de base não mais para uma criação, mas para uma coordenação e um desenvolvimento dos serviços locais. A par- tir daí, e praticamente em todo lugar, não se fala mais de educação de ba- se, mas de desenvolvimento comunitário. O termo "Educação de Base" é des- de então limitado à alfabetização e ao ensinamento pedagógico dos conheci- mentos elementares a um determinado meio (sejam quais forem as modalida- des).

A Educação de Base no início chegava de fato a um impasse, em conse- quência da falta de integração e de generalização das experiências. Por e- xemplo, de que serviria conseguir aumentar a produção agrícola ou artesa- nal de um lugar, se não existir mercado para esta produção, ou se não se puder satisfazê-lo pela deficiência dos meios de transporte (estradas, veí

culos etc.) e se a elevação do custo de produção não permitir a venda dos produtos manufaturados ou industrializados ? etc. ...

Em consequência, nos países economicamente subdesenvolvidos, e nestes mais que nos outros, fêz-se sentir a necessidade de planos de conjunto que movimentassem, além de grandes capitais nacionais ou estrangeiros, a administração nacional e a assistência internacional, a partir de então cada vez mais coordenadas e integradas. Estes planos, por outro lado, se inseriam em um contexto político e ideológico internacional e nas correntes de uma política mundial do comércio, da indústria, e mesmo da estratégia. É impossível aqui entrar em detalhes.

Notemos, entretanto, que o "desenvolvimento comunitário" tornou-se o centro do esforço de promoção nacional dos países em questão. Este movimento se reveste, em cada lugar, de características particulares, quer se trate de desenvolvimento urbano, quer de desenvolvimento rural.

No primeiro caso, êle é orientado pela necessidade de responder às exigências criadas ou reveladas pela urbanização e a industrialização, (problemas de migração urbana, de alojamento, de emprêgo, de divertimento, de cultura, de saída de quadros culturais tradicionais e a consequente aculturação, etc.).

No segundo caso, pelos imperativos da adaptação às necessidades imediatas das populações rurais e urbanas, e igualmente às necessidades dos governos, dentro da perspectiva de seus objetivos internacionais (culturas alimentares e industriais, necessidade de sobreviver, necessidade de exportar para obter divisas em vista da industrialização, etc.), sem falar da promoção humana dos "grupos", do mesmo modo que nas cidades.

É difícil fazer um levantamento do movimento de "desenvolvimento comunitário" nos países economicamente subdesenvolvidos. Como aspecto positivo, pode-se constatar um aumento inegável da produção, do consumo, do nível de vida propriamente econômico.

Este melhoramento, entretanto, é impedido, ou pelo menos retardado, pelo crescimento demográfico. Além disso, a tendência, em geral, é dar a primazia, quando não a exclusividade, ao fator econômico, acentuar a intervenção do Estado sobre toda a vida das pessoas e dos grupos; ignorar ou subestimar a família e algumas organizações privadas existentes. Por outro lado, o pequeno centro urbano ou o bairro, os sindicatos e as cooperativas ganham importância e se tornam potências. Mas ainda aqui deve-se constatar que o Estado não somente não estimula, como muitas vezes procura abafar ou anexar a si os corpos e estruturas intermediários. Marcha-se para uma socialização universal.

Conseqüentemente, a liberação do homem, que o desenvolvimento comunitário deveria ter em vista, se situa em nível muito baixo. Salvo exceção, não se nota neste empreendimento nenhuma inspiração espiritual.

Finalmente, é necessário assinalar que, fora do caso muito especial da China, só se pode falar seriamente de "desenvolvimento comunitário" entre os países ditos subdesenvolvidos: na Índia, em Ghana, em Pôrto Rico e um pouco na Jamaica, no Egito, no Ceilão, no Pasquitão e na Birmânia.

Nos outros lugares, parece que tudo se encontra ainda em projeto ou em plano de propaganda.

• • • • •

MAURICE QUEGUINER,

Traduzido de "Le mois à l' UNESCO"  
nº 24, janeiro/fevereiro 1961